

Advogados fogem dos envolvidos

Poucos aceitam defender os implicados no esquema de manipulação do Orçamento da União

JOYCE RUSSI

BRASÍLIA — O escândalo do Orçamento está assustando até aos advogados mais conhecidos de Brasília. Boa parte dos que normalmente atuam junto aos tribunais superiores da Capital Federal já recusaram convites para defender parlamentares acusados de estarem envolvidos no desvio de verbas. O advogado José Guilherme Villela, por exemplo, depois de ter sido desconstituído da defesa do ex-presidente Fernando Collor sem receber os honorários combinados, garante aos amigos que não pretende mais assumir a defesa de ninguém envolvido em "situações escusas".

A ressalva dos advogados em assumir causas que possam comprometer sua reputação junto a outro tipo de clientes foi sentida de perto pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). Nem seus amigos mais íntimos, como o advogado D'Alembert Jacoud e o próprio me Villela, aceitaram defendê-lo junto à CPI. Jacoud chegou a aconselhar e a ajudar o deputado a preparar o seu depoimento à comissão, mas não quis representá-lo.

O jurista Pedro Gordilho foi outro que se recusou a defender Fiúza. Recomendou os serviços de Fernando Neves, que aceitou. Filho do ex-consultor-geral da República Célio Silva, Neves também está encarregado da defesa do se-

nador Saldanha Derzi (PRN-MS) e se diz satisfeito com os clientes.

O deputado João Alves (PPR-BA), apontado como o chefe do esquema de corrupção, também teve dificuldades para encontrar um defensor. Depois de tentar alguns

advogados de renome como Antônio Carlos Castro, Alves acabou contraindo os serviços de Antônio Carlos Ozório.

A atitude dos juristas tem dificultado a vida dos parlamentares sob investigação, a

AMIGOS SE
RECUSARAM A
DEFENDER
RICARDO FIÚZA

ponto de os deputados José Geraldo, Sérgio Guerra, Fábio Raunheiti e Feres Nader ainda não terem apresentado um advogado para representá-los junto à CPI e à Polícia Federal, onde corre inquérito paralelo sobre o escândalo.